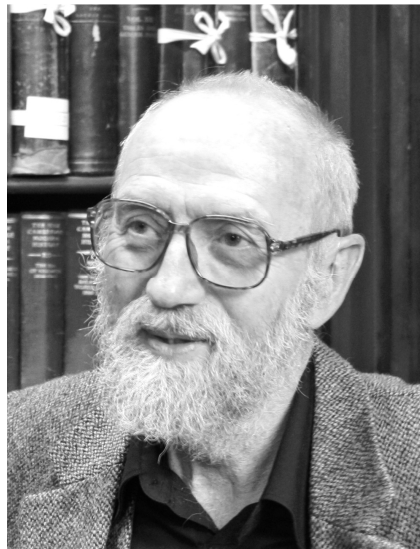


O QUE MARY NÃO SABIA



Frank Cameron Jackson

(1943-)

(Australian National University, Canberra)

Original: JACKSON, F.C. (1986), “What Mary didn’t know”, *Journal of Philosophy* 83: 291-5, 148 (janeiro).

Disponível online em: <http://home.sandiego.edu/~babber/analytic/Jackson.pdf>

O presente texto é uma reimpressão, adaptada ao português brasileiro, da tradução feita por Ricardo Miguel (Universidade de Lisboa), disponível no sítio: <http://criticanarede.com/mary.html>. O artigo retoma o experimento mental do quarto de Mary, apresentado por Jackson anteriormente em “Epiphenomenal qualia”, *Philosophical Quarterly* 32 (1982) 127-36.

As páginas correspondem ao original em inglês.

Reimpressão preparada por Osvaldo Pessoa Jr. para a disciplina
TCFC3 – Filosofia das Ciências Neurais, FFLCH-USP, São Paulo, 2013.

O QUE MARY NÃO SABIA*

Mary está fechada num quarto preto e branco, é educada por meio de livros em preto e branco, e de aulas transmitidas numa televisão preta e branca. É deste modo que ela aprende tudo o que há para conhecer sobre a natureza física do mundo. Conhece todos os fatos físicos sobre nós e o nosso ambiente, num sentido lato de “físicos,” que inclui tudo em física, química e neurofisiologia *completas*, e tudo o que há para conhecer sobre os fatos causais e relacionais que resultam de tudo isto, incluindo, claro, os papéis funcionais. Se o fisicismo [*physicalism*] for verdadeiro, Mary conhece tudo o que há para conhecer. Pois supor que não o conhece é supor que há mais para conhecer do que todo o fato físico, e isto é precisamente o que o fisicismo nega.

O fisicismo não é a tese incontroversa de que o mundo real é em larga medida físico, mas a tese desafiadora de que é inteiramente físico. É por isso que os fisicistas têm de sustentar que o conhecimento físico completo é um conhecimento completo, sem qualificações. Pois suponha que não o seja: então o nosso mundo tem de se diferenciar de um mundo, $M(P)$, o qual é completo, e a diferença tem de ser em fatos não físicos; pois o nosso mundo e $M(P)$ concordam com respeito a todas as questões físicas. Logo, o fisicismo seria falso no nosso mundo (embora o fosse contingentemente, pois seria verdadeiro em $M(P)$).¹

Parece, contudo, que Mary não conhece tudo o que há para conhecer. Pois quando a deixam sair do quarto preto e branco ou lhe dão uma televisão a cores, aprenderá, digamos, como é ver algo vermelho. Isto é corretamente descrito como *aprendizagem* – Mary não dirá “pois é”. Logo, o fisicismo é falso. Este é o argumento do conhecimento contra o fisicismo, numa das suas versões.² Esta nota é uma resposta a três objeções ao argumento elaboradas por Paul M. Churchland.[†]

* Devo muito a discussões com David Lewis e Robert Pargetter.

¹ A afirmação aqui não é que, se o fisicismo for verdadeiro, só o que for expresso em linguagem explicitamente física é um item de conhecimento. É antes que, se o fisicismo for verdadeiro, então se se conhece tudo o que é expresso ou exprimível em linguagem explicitamente física, conhece-se tudo. Com a devida vênua a Terence Horgan (1984), “Jackson on physical information and qualia”, *Philosophical Quarterly* 34: 147-152.

² Nomeadamente, o argumento do meu “Epiphenomenal qualia”, *Philosophical Quarterly* 32 (1982) 127-36. Ver também Thomas Nagel (1974), “What is it like to be a bat?”, *Philosophical Review* 83: 435-450, e Howard Robinson (1982), *Matter and sense* (Nova Iorque: Cambridge).

[†] “Reduction, qualia, and the direct introspection of brain states,” *Journal of Philosophy* 82 (1982) 8-28. Exceto indicação contrária, as indicações seguintes de páginas referem-se a este artigo.

I. TRÊS ESCLARECIMENTOS

O argumento do conhecimento não se apoia na afirmação duvidosa de que logicamente não se pode imaginar como é sentir vermelho a não ser que se tenha sentido vermelho. As capacidades de imaginação não estão em questão. A afirmação acerca de Mary não é que, apesar do seu fantástico entendimento de neurofisiologia e de todas as outras coisas físicas, ela *não poderia imaginar* como é sentir vermelho; é antes que, de fato, ela *não o saberia*. Mas se o fisicismo for verdadeiro, ela saberia; e nenhuma capacidade excepcional de imaginação seria necessário. A imaginação é uma faculdade a que precisa recorrer quem *não tem* conhecimento.

Em segundo lugar, a intensionalidade do conhecimento não está em questão. O argumento não se apoia em pressupor falsamente que se S sabe que a é F e se $a = b$, então S sabe que b é F . O argumento diz respeito à natureza do corpo total de conhecimentos de Mary antes de ser libertada: é completo, ou escapam-lhe alguns fatos? O que é relevante é que S pode saber que a é F e *saber* que $a = b$ sem, contudo, argumentavelmente, saber que b é F , em virtude de não estar logicamente atento o suficiente para seguir todas as consequências. Se a falta de conhecimento de Mary fosse em alguma medida assim, não haveria nela qualquer ameaça ao fisicismo. Mas é muito difícil acreditar que a sua falta de conhecimento poderia ser remediada se ela se limitasse a seguir explicitamente suficientes consequências lógicas do seu vasto conhecimento físico. Dotá-la de excepcional perspicácia lógica e persistência não é por si suficiente para tapar as falhas do seu conhecimento. Ao ser-lhe permitido sair, Mary não dirá “Poderia ter percebido tudo isto antes, fazendo mais algumas inferências puramente lógicas.”

Em terceiro lugar, o conhecimento que faltava a Mary e que é de especial relevância para o argumento do conhecimento contra o fisicismo era o *conhecimento sobre as experiências dos outros*, e não sobre as suas. Quando lhe é permitido sair, Mary tem experiências novas, experiências de cor que nunca teve. Não é, portanto, uma objeção ao fisicismo que ela aprende *algo* ao ser-lhe permitido sair. Antes de lhe ter sido permitido sair, Mary não poderia ter conhecido fatos sobre a sua experiência de vermelho, pois estes não existiam. Com isto tanto podem concordar o fisicista como o não fisicista. Depois de lhe ser permitido sair, as coisas mudam; e o fisicismo pode de bom grado admitir que ela o descobre; afinal, algumas coisas físicas irão mudar, por exemplo, os seus estados cerebrais e respectivos papéis funcionais. O problema para o fisicismo é que depois de Mary ver o seu primeiro tomate maduro, vai perceber quão empobrecida tem sido, *desde o início*, a sua concepção da vida mental dos *outros*. Irá perceber que havia, a todo o momento que efetuava as suas laboriosas investigações sobre as neurofisiologias dos outros e sobre os papéis funcionais dos seus estados internos, algo sobre estas pessoas de que não estava ciente de modo algum. Desde o início, as experiências alheias (ou muitas delas, as que tinham origem nos tomates, no céu, etc.) tinham uma característica conspícua

para eles mas até agora oculta para ela (de fato, e não logicamente). Mas ela conhecia todos os fatos físicos sobre as experiências alheias desde início; logo, o que não conhecia até ser libertada não era um fato físico sobre as suas experiências. Mas é um fato sobre elas. Esta é a dificuldade para o fisicismo.

II. AS TRÊS OBJEÇÕES DE CHURCHLAND

(i) A primeira objeção de Churchland é que o argumento do conhecimento tem uma falha que “não podia ser mais simples” (p. 23). O argumento equivocar-se-ia quanto ao sentido de “saber acerca de.” Como assim? Churchland sugere que o seguinte é “uma versão convenientemente rigorosa” do argumento do conhecimento:

(1) Mary sabe tudo o que há para saber acerca de estados cerebrais e suas propriedades.

(2) Não é verdadeiro que Mary sabe tudo o que há para saber acerca das sensações e suas propriedades.

Logo, pela lei de Leibniz,

(3) As sensações e as suas propriedades \neq estados cerebrais e suas propriedades (p. 23).

Churchland observa, o que é plausível, que o tipo ou espécie de conhecimento envolvido na premissa 1 é distinto da espécie de conhecimento envolvido na premissa 2. Podemos seguir a sua orientação e denominar o primeiro “conhecimento por descrição”, e o segundo “conhecimento por contato” [*acquaintance*]; mas, quaisquer que sejam as denominações, ele tem razão de que o argumento apresentado envolve um uso muitíssimo duvidoso da lei de Leibniz.

A minha resposta é que o argumento apresentado pode ser conveniente, mas não é fiel. Não é o argumento do conhecimento. Tome-se, por exemplo, a premissa 1. Toda a força do argumento do conhecimento está em que Mary (antes de ser libertada) *não* sabe tudo o que há para saber sobre estados cerebrais e suas propriedades, porque não conhece certos *qualia* que lhes estão associados. O que é completo, de acordo com o argumento, é o seu conhecimento de questões físicas. Um modo conveniente e preciso de apresentar o argumento é:

(1)’ Mary (antes de ser libertada) sabe tudo o que de físico há para saber sobre outras pessoas.

(2)’ Mary (antes de ser libertada) não sabe tudo o que há para saber acerca de outras pessoas (porque *descobre* algo sobre elas quando é libertada).

Logo,

(3)’ Há verdades sobre outras pessoas (e sobre ela própria) que ficam de fora da explicação fisicista.

O que está diretamente em questão não é a espécie, modo, ou tipo de conhecimento que Mary tem, mas *o que* ela sabe. O que sabe previamente, de acordo

com a hipótese citada, é tudo o que de físico há para saber; mas será tudo o que há para saber? Esta é a questão crucial.

Há, porém, um desafio relevante envolvendo questões acerca de espécies [*kinds*] de conhecimento. Diz respeito ao que serve a *apoio* à premissa 2'. O que há a favor da premissa 2' é que Mary descobre algo quando é libertada, adquire conhecimento, e isto implica que o seu conhecimento prévio (*o que* ela sabia, independentemente de ser por descrição, contato, ou o que for) era incompleto. A objeção, apresentada por David Lewis e Laurence Nemirow, é que quando é libertada Mary *não* descobre algo nem adquire conhecimento no sentido relevante. O que Mary adquire quando é libertada é uma certa capacidade representacional ou imaginativa: é um *saber como* e não um *saber que*. Logo, um físico pode admitir que Mary adquire algo muito revelador de um tipo de conhecimento – o que dificilmente se pode negar – sem admitir que isto mostra que o seu conhecimento factual anterior é incompleto. Ela conhecia previamente tudo *o que* havia para conhecer sobre as experiências dos outros, mas faltava-lhe uma competência até depois de ser libertada.³

Ora, é certamente verdade que Mary adquirirá vários tipos de competências depois ser libertada. Irá, por exemplo, ser capaz de imaginar e recordar como é ver vermelho, e será capaz de compreender por que os seus amigos a consideravam tão empobrecida (algo que, até ser libertada, sempre a intrigou). Mas será plausível que isto seja *tudo* o que adquire? Suponha-se que enquanto esteve encarcerada assistiu a uma aula sobre o ceticismo acerca de outras mentes. Quando é libertada vê um tomate maduro em condições normais e tem então uma sensação de vermelho. A sua primeira reação é dizer que agora sabe mais sobre o tipo de experiências que os outros têm ao olhar para tomates maduros. Depois recorda-se da aula e começa a ficar insegura. Será que sabe realmente mais sobre como são as suas experiências, ou estará incorrendo numa generalização infundada a partir de um caso? Por fim, decide que de fato sabe, e que o ceticismo está errado (ainda que, como muitos de nós, não saiba demonstrar os seus erros). Sobre o que hesitava ela – as suas competências? Certamente que não; as suas competências representativas constituíram sempre uma constante conhecida. Sobre o que hesitava então, se não sobre ter ganho ou não conhecimento factual sobre os outros? Nada haveria sobre o que hesitar se a competência fosse *tudo* o que adquiriu quando foi libertada.

³ Ver Laurence Nemirow (1980), “Review of Nagel’s *Mortal Questions*”, *Philosophical Review* 89: 473-477, e David Lewis (1983), “Postscript to ‘Mad pain and Martian pain’”, *Philosophical Papers*, vol. 1 (Nova Iorque: Oxford). Churchland menciona Nemirow e Lewis, e poderá ter pretendido que a sua objeção seja essencialmente a que acabei de apresentar. Porém, diz bem explicitamente (fim da p. 23) que a sua objeção não precisa de uma análise do conhecimento relevante em termos de “competência”.

Concedo que não tenho qualquer *demonstração* de que ao ser libertada Mary adquire, além de competências, conhecimento factual sobre as experiências dos outros – e não apenas porque não tenho qualquer refutação ao ceticismo. O que defendo é que o argumento do conhecimento é um argumento válido a partir de premissas muitíssimo plausíveis, embora admitidamente não demonstráveis, a favor da conclusão de que o fisicismo é falso. E isto, afinal, é uma objeção tão boa quanto se pode esperar nesta área da filosofia.

(ii) A segunda objeção de Churchland (p. 24-25) é que algo tem de estar errado com o argumento, pois demonstra demasiado. Suponha-se que Mary assistiu a uma série especial de aulas na sua televisão em preto e branco, dadas por um dualista convicto, explicando as “leis” que regem o comportamento do “ectoplasma” e falando-lhe dos *qualia*. Isto não afetaria a plausibilidade da afirmação de que descobre algo quando é libertada. Assim, se o argumento funciona contra o fisicismo, também funciona contra o dualismo.

A minha resposta é que aulas de televisão em preto e branco sobre *qualia* não ensinam a Mary tudo o que há para conhecer sobre *qualia*. Podem ensinar-lhe algumas coisas sobre *qualia*, por exemplo, que não fazem parte da explicação fisicista, e que o *quale* para o qual usamos “amarelo” é quase tão diferente daquele para o qual usamos “azul” como é o branco do preto. Mas por que supor que lhe dizem tudo sobre *qualia*? Por outro lado, é plausível que as aulas pela televisão em preto e branco possam em princípio ensinar a Mary todas as coisas da explicação fisicista. Não é preciso televisão a cores para aprender física ou psicologia funcionalista. Para se obter um bom argumento contra o dualismo (o dualismo de atributos; o ectoplasma é uma pequena brincadeira), é preciso substituir a premissa do argumento do conhecimento, segundo a qual Mary, antes de ser libertada, conhecia a explicação completa do fisicismo, pela premissa de que conhece a explicação completa do dualismo. A primeira é plausível; a última não. Logo, não há a dificuldade da “paridade de razões” para os dualistas que usam o argumento do conhecimento.

(iii) A terceira objeção de Churchland é que o argumento do conhecimento afirma “que Mary nem sequer poderia *imaginar* como seria a experiência relevante, apesar do seu exaustivo conhecimento neurocientífico, e portanto deve ainda faltar alguma informação crucial” (p. 25), uma afirmação contra a qual passa a argumentar.

Mas, como salientámos anteriormente, o argumento do conhecimento afirma que Mary não iria saber como é a experiência relevante. O que ela podia imaginar é outra questão. Se o seu conhecimento é incompleto, apesar de ser tudo o que há para conhecer de acordo com o fisicismo, então o fisicismo é falso, quaisquer que sejam as capacidades de imaginação dela.

FRANK JACKSON
University of Monash